

**CUIDAR E EDUCAR E AMOR PELA PROFISSÃO E PELA CRIANÇA: CONCEPÇÕES  
DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Carolina Da Silva Lopes, Gilza Maria Zauhy Garms, Viviane Aparecida Ferreira Favareto  
Cacheffo

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada  
- Relato de Experiência - Apresentação Pôster

Esta pesquisa tem como objetivo qualificar o cuidar e o educar, bem como identificar e analisar os significados atribuídos pelos professores à sua profissão. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva. A pesquisa de campo realizou-se em três unidades escolares de uma cidade do interior do Estado de S. Paulo, sendo elas duas creches e uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI. Os dados foram coletados durante um programa de formação continuada realizado em um município do interior do Estado de São Paulo, que aconteceu no período letivo de 2013, totalizando 45 horas. O questionário foi o instrumento metodológico utilizado e permitiu a categorização dos dados em oito categorias de análise – cuidar e educar; transmissor de conhecimentos; multiprofissional; aprender e ensinar; preparação para o Ensino Fundamental; amor pela criança e pela profissão; conhecimento do desenvolvimento infantil e emoção. A partir da análise constatou-se que para a maioria das profissionais em formação continuada que para ser professor de educação infantil é necessário amar a criança e a profissão e cuidar e educar.

## **CUIDAR E EDUCAR E AMOR PELA PROFISSÃO E PELA CRIANÇA: CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Carolina da Silva Lopes; Viviane Aparecida Ferreira Favareto Cacheffo; Gilza Maria Zauhy Garms. UNESP - FCT/ Presidente Prudente

### **Introdução**

As discussões sobre a dicotomia cuidar e educar tem sido objeto de inúmeros estudos na atualidade, devido a sua importância para que se busque consolidar um atendimento educacional de qualidade e igualitário para as crianças.

Apesar dos resultados até então apresentados mostrarem a indissociabilidade entre cuidar e educar, o problema ainda não foi resolvido. Este binômio já tem se tornado um jargão nas instituições de Educação Infantil, porém não tem demonstrado ter sido suficientemente compreendido e devidamente incorporado às propostas pedagógicas.

Esta pesquisa tem como objetivo qualificar o cuidar e o educar, bem como identificar e analisar os significados atribuídos pelos professores à sua profissão. Para isso, foi realizada ações que visassem a formação profissional.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva. A pesquisa de campo realizou-se em três unidades escolares de uma cidade do interior do Estado de S. Paulo, sendo elas duas creches e uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI.

Como sujeitos participaram 40 profissionais, composto por professoras, coordenadoras e diretoras, com tempo de serviço variado. Grande parte tinha mais de 4 anos de experiência e formação inicial em magistério nível médio e/ou curso superior completo.

Os dados foram levantados no período letivo de 2013, totalizando 45 horas. Ocorreram em dois encontros, o primeiro, em que os professores relataram por escrito suas concepções sobre criança, cuidar e educar, e o segundo, em que descreveram o que é ser professor de criança pequena. Esses relatos possibilitaram alcançar as concepções teóricas apresentadas pelas professoras participantes.

As reflexões oriundas dos dados coletados subsidiarão futuras intervenções, a partir de uma pesquisa colaborativa, possibilitando levar os profissionais a ressignificar sua experiência vivida, compartilhar problemas e

acertos do dia-a-dia, bem como, criar diretrizes que dêem qualidade as suas ações transformando a identidade profissional.

### ***O Cuidar e Educar***

Apesar de anos de estudos da temática, encontra-se ainda hoje o desafio de como educar cuidando e como cuidar educando. Para isso, é preciso vencer o passado assistencialista atribuído às creches e instituições infantis, bem como, a qualificação ainda inadequada, muitas vezes insuficiente e comprometedora para o desenvolvimento de um bom trabalho para primeira infância.

Nos dias atuais, há diversos documentos legais como a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei nº 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009), a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009), o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8069/90), entre outros, que vem garantir os direitos das crianças de 0 a 5 anos.

De acordo com Costa (2008, p. 62) quanto aos documentos legais,

[...] é clara a intenção de se trabalhar o cuidado que educa e da educação que cuida. O país dá um salto nas políticas educacionais, valorizando, destacando e impulsionando diretrizes fundamentais no segmento da Educação Infantil enfatizando o direito de a criança não ser exclusivamente educada mas também cuidada e vice-versa.

Nota-se, entretanto, no decorrer dos últimos 25 anos, desde a Constituição de 88, uma insistência em se complementar a temática a cada documento elaborado, devido a profunda dicotomia encontrada ainda no binômio cuidar e educar no nosso país.

Muitas pessoas alimentam a crença de que na creche se cuida e na pré-escola se educa, enquanto na realidade não existe conteúdo educativo nas creches que não estejam vinculados ao cuidar, como também não há nas pré-escolas conhecimento que não esteja vinculado à atenção, afeto e cuidado. Creches e pré-escolas são etapas complementares para a primeira infância.

Assim, segundo o Art. 5º das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (DCNEI, 2009b, p.1),

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Cabe a essas instituições garantir a educação em sua integralidade, compreendendo que o cuidado não está indissociado ao processo educativo, bem como, o desenvolvimento da criança em seus aspectos intelectual, social, físico, afetivo e lingüístico.

De acordo com a *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (2009a, p. 10),

As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção da saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas.

O cuidado está orientado por uma perspectiva que visa à promoção da qualidade e sustentabilidade da vida, assim como pelo princípio do direito e da proteção de maneira integral da criança.

A necessidade de cuidado é uma característica humana, mas na primeira infância se torna mais evidente. Até a criança tornar-se autônoma para cuidar-se de si, o adulto é quem suprirá suas necessidades, destacando ainda mais a indissociação entre cuidar e educar.

Todavia, as práticas de cuidado vão muito além de um simples suprir de necessidades orgânicas como: trocar, vestir, alimentar, higienizar, entre outras. Implicam em atitudes como interesse, atenção, acolhimento, preocupação.

Segundo Costa (2008, p. 66),

Na Educação infantil é possível afirmar que os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança, de todas as crianças. Um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Um processo que é proporcionado por sujeitos protagonistas e com seus componentes individuais, físicos, psíquicos e culturais. As interações entre os participantes do cuidado ocorrem a partir de inúmeras possibilidades, criança-educadora, criança-mãe, criança-criança. Os cenários ligados ao cuidar se configuram em espaços físicos diferentes mas profundamente articulados, pelo objetivo comum do cuidado à criança.

Mediante a isso, o cuidado carece um ambiente adequado, capaz de considerar as peculiaridades e necessidades de cada criança. Não dá para fazê-lo de forma negligente e desvalorizada.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.23), apresenta o quanto é importante a complementariedade entre cuidar e educar para as práticas na Educação Infantil. Segundo o documento,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Partindo desse pressuposto, o cuidado e a educação são igualmente importantes. A professora que cuida também educa e a que educa também cuida, afinal, essas duas ações são inerentes à profissão na Educação Infantil.

### ***Qual a função do professor de Educação Infantil?: concepções das professoras***

Com o objetivo de identificar as concepções das professoras envolvidas no programa de formação continuada no que diz respeito ao exercício de sua função foi aplicado um questionário que também contemplava a seguinte questão: O que é ser professor de Educação Infantil?

As respostas obtidas foram categorizadas em: cuidar e educar; transmissor de conhecimentos; multiprofissional; aprender e ensinar; preparação para o Ensino Fundamental; amor pela criança e pela profissão; conhecimento do desenvolvimento infantil; emoção. Sendo que as categorias

que mais obtiveram respostas foram: cuidar e educar com 21% e amor pela criança e pela profissão com 27%, e portanto, para esse texto analisaremos as duas categorias mais sinalizadas pelas docentes.

Percebe-se que as categorias amor pela profissão e pela criança e cuidar e educar refletem o surgimento da Educação Infantil e as conquistas políticas alcançadas na legislação dessa área.

A Educação Infantil configura-se, atualmente, como a primeira etapa da educação básica, sendo composta por dois níveis de ensino: creche e pré-escola. A creche, conforme o artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), atende às crianças de zero a três anos, enquanto a pré-escola, a faixa etária de quatro a cinco anos e onze meses<sup>1</sup>, tendo por objetivo o desenvolvimento integral das crianças, em ação conjunta e complementar com as famílias e a comunidade.

Entretanto, até alcançarmos as conquistas nas políticas que subsidiam a Educação Infantil, ocorreram muitos avanços e retrocessos, tanto na legislação quanto nas práticas educativas desenvolvidas com as crianças.

A creche, no contexto brasileiro, surge no final do século XIX em decorrência da industrialização, urbanização e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, tornando-se um espaço de guarda e proteção das crianças pobres. Diferentemente das Casas dos Expostos, a creche foi uma solução encontrada para que as mães não abandonassem as crianças, diminuindo conseqüentemente a mortalidade infantil.

Os estudos de Haddad (1993, p. 21) pontuam que

[...] a creche foi pensada à sombra da família, de um padrão de família que tem sido privilegiado na responsabilidade pela guarda e educação da criança pequena. Portanto, o papel atribuído à família e à mulher no cuidado com a criança tem sido elemento controlador de práticas, atitudes e posturas, individuais ou públicas, relativas ao atendimento de crianças através de creches.

Segundo a autora, os primórdios da história da creche caracterizam-se pelo caráter assistencial e filantrópico, procurando atender aos filhos das mulheres abandonadas ou viúvas que necessitavam de trabalho. Oliveira et al. (1993, p. 17) também ressaltam que, até o início do século XX, o

---

<sup>1</sup>A faixa etária atendida pela pré-escola, de quatro a seis anos e onze meses, modificou-se com a promulgação da Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), que institui a mudança do Ensino Fundamental de oito para nove anos.

atendimento das crianças em creches era semelhante ao atendimento em asilos, já que “[...] destinava-se, basicamente, a filhos de mães solteiras que não tinham condições de ficar com eles e criá-los”.

Além da preocupação assistencial, inseriam-se no contexto da creche os cuidados com a higiene e a condição de vida dos mais pobres. Para Oliveira et al. (1993), o trabalho desenvolvido com as crianças baseava-se na alimentação, higiene e segurança, ou seja, eram pautados nos aspectos físicos.

Kuhlmann (2004), em estudos com enfoque na abordagem histórica, sobre o surgimento das creches e pré-escolas, ressalta que, em sua constituição, as instituições destinadas às crianças pobres subsidiavam sua proposta educacional no assistencialismo. Ainda segundo o autor, tal proposta buscava a submissão das crianças e de suas famílias, de modo a isolá-las dos meios de contaminação, como a rua.

A Educação Infantil é um direito da criança, uma instituição educativa, portanto, é necessária a superação da educação compensatória e de seus fundamentos baseados na privação cultural das crianças pobres, pois, como bem destacam Oliveira et al. (1993, p. 21), “[...] enquanto que as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma idéia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de vier e desenvolver-se”.

Porém, todas as crianças, independentemente de sua condição econômica, possuem capacidade de aprender, bastando que sejam oferecidas condições adequadas de cuidado e educação. Na verdade, a Educação Infantil, por todo seu percurso histórico, tem uma identidade e funções específicas que vão além do suprimento de carências.

Afirma Haddad (1993, p.16-17):

Ousar afirmar uma identidade negada significou entrar no campo dos mitos que sustentam a auto-suficiência da família, a sua responsabilidade “natural” pelo cuidado e educação da criança pequena e o amor biológico da mãe. Afirmar a identidade da creche foi reconhecer a evolução das práticas e crenças sobre o cuidado da criança; descobrir um universo infantil pouco explorado; questionar premissas básicas da psicologia do desenvolvimento infantil; anunciar a necessidade de que as pesquisas sobre creche a reconheçam como uma área legítima de

educação e desenvolvimento da primeira infância; enfim, contribuir com propostas educacionais que visem ao pleno desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social da criança.

Portanto, a Educação Infantil, que, em seu aparecimento, possuía caráter extremamente assistencialista, conquistou paulatinamente a intencionalidade educacional e a elaboração de políticas destinadas a subsidiar o trabalho com as crianças pequenas. Entretanto, ainda é necessária a construção de uma identidade para a primeira etapa da educação básica, bem como para os profissionais que nela atuam.

A identidade em construção do profissional da primeira etapa da educação básica também sofreu alterações durante o contexto histórico apresentado. Inicialmente para ser professor de Educação Infantil bastava ser mulher e mãe para o desempenho da função, ou seja, a maternagem era o aspecto predominante. Posteriormente, com os avanços possibilitados pelas conquistas políticas principalmente com a promulgação da LDB 9.394 de 1996 tornou-se necessário ter formação mínima em nível médio para cuidar e educar crianças.

O cuidado, em seu caráter ético, é concebido pelo direito à vida e à proteção integral da criança. Em relação à característica necessariamente humana, é vinculado à afetividade. “Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto” (BRASIL, 2009, p. 10).

O educar, aliado ao cuidar, auxilia as crianças a explorar e vivenciar situações que possam atribuir significados individuais e coletivos, de sorte a apropriar-se de modos singulares de agir, expressar e pensar.

### **Algumas considerações**

A partir do que foi exposto em relação ao cuidar e educar na Educação Infantil e com base nas concepções predominantes das professoras sobre sua função, defendemos que ser professor de Educação Infantil é ser um educador integral, que na perspectiva walloniana diz respeito ao profissional que compreende a criança de modo completo, ou seja, afetividade, motricidade, cognição e pessoa e planeja suas práticas educativas

priorizando todas as dimensões e não priorizando uma em detrimento da outra.

Escreve Wallon (1979, p. 207):

A escola maternal parece ser perfeitamente adequada para preparar a emancipação da criança, que vive ainda encaixada na sua vida familiar onde sabe distinguir mal a sua personalidade do lugar que aí ocupa e onde a representação que faz de si mesma tem algo de global, de confuso e de exclusivo.

No contexto da Educação Infantil, os professores são responsáveis pela mediação das crianças com o ambiente em que ela está inserido, bem como com as outras crianças que constituem seu círculo de convivência. São eles que atribuem sentidos às manifestações emocionais das crianças (riso, choro, alegria, cólera) e possibilitam experiências afetivas diferentes das proporcionadas pelo grupo familiar.

[...] a Educação Infantil pode utilizar, por exemplo, nos primeiros anos de vida da criança, nas relações simbióticas e baseadas na reciprocidade alternante e bipolar (estágio impulsivo-emocional, sensório-motor e projetivo), da expressividade da emoção como recurso didático, e com isso utilizar todas as oportunidades voltadas para os cuidados, tais como a alimentação e higiene, para exercitar a discriminação das sensibilidades, para ampliação cognitiva e diminuição da simbiose e do sincretismo. Com isso, o olhar, o tom de voz, gestos e atitudes serão instrumentos que auxiliarão na constituição da personalidade, do caráter, da auto-imagem e da auto-estima da criança. (DOURADO, 2009, p.171).

O professor é o responsável pelo planejamento das situações de cuidado e educação a serem oferecidas para as crianças, é o mediador das situações de conflitos e de cooperação. Portanto, é necessário que possua subsídios teóricos e práticos no que tange ao desenvolvimento infantil, uma vez que são as mudanças qualitativas as propulsoras de sua evolução. Sendo assim, cabe a ele estruturar a rotina da criança, para garantir a qualidade do trabalho educativo e proporcionar a sua constituição integral.

Para Wallon (1979), o professor da escola maternal, como o autor prefere denominar a instituição que atende à criança de 3 a 5 anos, deve exigir uma disciplina que permita à criança ser feliz, sendo função das professoras promover relações interpessoais “[...] quase de natureza maternal” (WALLON, 1979, p. 208).

O autor sublinha que a criança, nessa faixa etária, assim como as crianças menores (0-3 anos) precisa de cuidados quase de natureza

maternal. Se nos remetermos ao desenvolvimento infantil no início da vida, constataremos a extrema dependência dela com respeito à mãe, pela simbiose fisiológica, que posteriormente se modifica, tornando-se afetiva. É da disciplina afetiva que a criança precisa, do olhar atento às suas satisfações e insatisfações, de relações que favoreçam a consolidação de qualidades positivas ao desenvolvimento, como a solidariedade e coletividade ao invés da inveja e do ciúme.

O professor é o parceiro experiente que, ao ter intencionalidade no planejamento e proposta da ação educativa a ser desenvolvida pela criança, retrata-se como profissional. É sua função ajudar a criança a resolver seus estados emocionais que despertam ansiedade e angústia, propondo atividades para a exteriorização e a representação do que está sentindo, pelas “[...] atividades que têm uma ação libertadora [...] este é o caso do desenho e da narrativa” (ALMEIDA, 2008, p.151).

Para Barbosa (2009, p.3), o professor precisa ser o mediador das relações estabelecidas entre as crianças e os adultos. É sua função promover interações sociais e afetivas que auxiliem na constituição da consciência infantil. “Esse é um importante papel da Educação Infantil, principalmente no que se refere as crianças bem pequenas, pois é nessa faixa etária que as interações entre as pessoas têm expressiva relevância para a construção das identidades pessoal e coletiva da criança”.

## Referências

ALMEIDA, A. R. S. **A vida afetiva da criança**. Maceió: Edufal, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 18 dez de 2009b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº20, de 11 de novembro de 2009a. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil. Práticas cotidianas na Educação Infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Maria Carmem Barbosa (consultora), Brasília, 2009.

COSTA, F. N. do A. O Cuidar e o Educar na Educação Infantil. In: **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** / Maristela Angotti (org). Campinas, SP: Editora Alínea, 2 ed., 2008.

DOURADO, I. C. P. Relações sociais na teoria de desenvolvimento walloniana: uma pesquisa teórica. In: MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R (org). **Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, 2ª ed., p.163-173.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 3ª ed., 2004.

OLIVEIRA, Z. M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 1993.

WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Editorial Veiga, 1979.